



Simulado Final

TRT CE

ANALISTA JUDICIÁRIO

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRT-CE (AJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para AJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal da TRT-CE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ssxDYo6Lx6aZWjPw6>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/62Bd>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL**

Felipe Luccas

Texto

Apesar de muitas pessoas acreditarem que a prática incessante seja a melhor maneira de aprender e fixar um novo conhecimento, estudos recentes mostram que realizar pequenas pausas podem ajudar o processo e torná-lo mais eficaz. O neurologista e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, Alan Luiz Eckeli, diz que muitas variáveis precisam ser consideradas durante esse processo.

Os especialistas alertam que a prática incessante, ao contrário, pode gerar demanda excessiva nos sistemas neurais e cognitivos levando gradativamente à fadiga. Assim, a interrupção da tarefa para que haja uma recuperação, conforme apontam muitos estudos internacionais na área de aprendizagem, “nos mostra que as pausas incluem uma melhora na aprendizagem e na retenção dela”, afirma a fonoaudióloga e professora da FMRP, Marisa Tomoe.

Para saber quando fazer o intervalo, o professor Eckeli informa que alguns sinais sinalizam o momento de fazer uma pausa e recuperar a atenção. “Nosso corpo sinaliza quando a gente está com queda da atenção, ou seja, quando a gente está fatigado, cansado. Um exemplo disso é quando você lê um ou dois parágrafos e não lembra o que leu. Esse seria o momento da pausa.”

Estudos apontam que atividades como relaxamento e exercícios físicos são bem-vindas durante os intervalos e podem, até mesmo, potencializar os efeitos dos pequenos descansos. “O treinamento de relaxamento direciona a atenção do indivíduo para uma experiência física ou emocional que são calmantes”, adianta a fonoaudióloga.

Quanto à prática de atividades físicas, Marisa afirma que também pode ajudar, servindo como uma distração dos pensamentos estressantes e levando a uma melhora em relação ao desempenho do indivíduo. E as afirmações são válidas para qualquer tipo de aprendizado em qualquer faixa etária. “Os benefícios das pausas são demonstrados em qualquer nível, seja na educação

infantil ou em uma pós-graduação”, afirma a professora Marisa.

Os professores Eckeli e Marisa fazem referência ao artigo *Comparison of rest-break interventions during a mentally demanding task*, publicado na revista *Stress and Health*, mostrando que pequenas pausas, durante a aquisição de uma nova habilidade, estão associadas a um aumento de 5% do desempenho quantitativo e até 8% do desempenho qualitativo.

<https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-aprendizado-de-nova-habilidade-pode-ser-mais-eficaz-se-realizado-com-pequenas-pausas/>

01. No que se refere à prática incessante como método de aprendizagem, conforme abordado no texto, é correto afirmar que:

- a) Ela é considerada a forma mais eficaz de fixar novos conhecimentos, pois evita a fadiga cognitiva.
- b) O excesso de prática contínua pode sobrecarregar os sistemas neurais e cognitivos, levando à fadiga e à redução da eficácia do aprendizado.
- c) Estudos apontam que a prática incessante resulta em aumento significativo tanto no desempenho qualitativo quanto quantitativo.
- d) Tal prática deve ser acompanhada por exercícios físicos intensos para evitar a fadiga.
- e) Os especialistas recomendam evitar qualquer pausa durante o aprendizado para manter a continuidade do processo.

02. No contexto das pausas durante o processo de aprendizagem, conforme descrito no texto, as atividades recomendadas para potencializar os efeitos dos intervalos incluem:

- a) A leitura de novos conteúdos imediatamente após a pausa, para aproveitar o momento de recuperação cognitiva.
- b) Exercícios físicos e técnicas de relaxamento, que direcionam a atenção para experiências calmantes e aliviam o estresse.
- c) Revisão dos conteúdos estudados, de modo a reforçar a memória durante os intervalos.
- d) Atividades que mantêm a mente em constante atividade, evitando o descanso completo do cérebro.
- e) O retorno imediato às tarefas cognitivas, para garantir que o aprendizado não seja interrompido.

03. Em relação ao vocabulário empregado no texto, o termo "potencializar", presente no trecho "Estudos apontam que atividades como relaxamento e exercícios físicos são bem-vindas durante os intervalos e podem, até mesmo, potencializar os efeitos dos pequenos descansos", tem o sentido de:

- a) mitigar
- b) minimizar
- c) intensificar
- d) reduzir
- e) neutralizar

04. A respeito dos benefícios das pausas na aprendizagem, conforme argumentado no texto, é correto afirmar que:

- a) Eles se restringem a determinadas faixas etárias, sendo mais eficazes em adultos do que em crianças.
- b) As vantagens das pausas são evidentes em qualquer estágio da educação, desde a infância até a pós-graduação.

c) As pausas são indicadas apenas para aqueles que apresentam sinais evidentes de estresse cognitivo, como lapsos de memória frequentes.

d) As pausas melhoram o desempenho apenas em tarefas simples, não se aplicando a atividades de alta complexidade.

e) As pausas são especialmente úteis em contextos educacionais intensivos, mas não apresentam efeitos significativos em situações de aprendizagem autônoma.

05. No trecho "O treinamento de relaxamento direciona a atenção do indivíduo para uma experiência física ou emocional que são calmantes", o termo "direciona" foi empregado em sentido figurado. A frase reescrita em sentido literal seria:

- a) O treinamento de relaxamento controla completamente a mente do indivíduo.
- b) O treinamento de relaxamento provoca uma experiência física ou emocional que são relaxantes.
- c) O treinamento de relaxamento orienta a atenção do indivíduo para uma experiência calmante.
- d) O treinamento de relaxamento permite uma viagem emocional para o indivíduo.
- e) O treinamento de relaxamento faz com que o indivíduo não ignore outras experiências.

06. Transpondo-se para a voz passiva a frase "Os especialistas apresentaram os resultados do estudo na conferência", a forma verbal resultante será:

- a) Os resultados do estudo foram apresentado na conferência pelos especialistas.
- b) Os resultados do estudo serão apresentados na conferência pelos especialistas.
- c) Os resultados do estudo são apresentados na conferência pelos especialistas.
- d) Os resultados do estudo foram apresentados na conferência pelos especialistas.
- e) Os resultados do estudo estão sendo apresentados na conferência pelos especialistas.

07. Considere o segmento do texto “Nosso corpo sinaliza quando a gente está com queda da atenção, ou seja, quando a gente está fatigado, cansado.”

Transpondo-se para o discurso indireto, a forma verbal correspondente seria:

- a) sinalizava;
- b) sinalizou;
- c) sinalizara;
- d) sinalizaria;
- e) sinalizará.

08. Em “o professor Eckeli informa que alguns sinais sinalizam o momento de fazer uma pausa e recuperar a atenção”, o vocábulo destacado se classifica como:

- a) pronome relativo;
- b) conjunção consecutiva;
- c) partícula expletiva;
- d) conjunção integrante;
- e) pronome indefinido.

09. Apesar de muitas pessoas acreditarem que a prática incessante seja a melhor maneira de aprender e fixar um novo conhecimento, estudos recentes mostram que realizar pequenas pausas podem ajudar o processo e torná-lo mais eficaz.

A expressão destacada poderia ser substituída corretamente por:

- a) Embora;
- b) Posto que;
- c) Conquanto;
- d) Porquanto;
- e) a despeito de;

10. O termo sublinhado em “estudos recentes mostram que realizar pequenas pausas pode ajudar o processo e torná-lo mais eficaz” exerce a mesma função que o sublinhado em:

- a) Assim, a interrupção da tarefa para que haja uma recuperação, conforme apontam muitos estudos internacionais na área de aprendizagem
- b) Os especialistas alertam que a prática incessante, ao contrário, pode gerar demanda excessiva nos sistemas neurais e cognitivos levando gradativamente à fadiga.
- c) afirma a fonoaudióloga e professora da FMRP, Marisa Tomoe.
- d) O neurologista e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, Alan Luiz Eckeli, diz que muitas variáveis precisam ser consideradas durante esse processo.
- e) Apesar de muitas pessoas acreditarem que a prática incessante seja a melhor maneira de aprender

11. Está clara, correta e coerente a redação do segmento:

- a) Fizeram necessário a revisão de todos os documentos antes da reunião.
- b) Foi avisado aos participantes que o evento começaria mais tarde.
- c) Existiam muitas informações que não foi consideradas relevantes.
- d) Bastaram apenas alguns minutos para que todos compreendesse o problema.
- e) O número de inscritos nas atividades aumentaram significativamente este ano.

12. Em relação ao uso da vírgula, assinale a alternativa que apresenta a pontuação correta:

- a) Estudos recentes mostram que, ao longo do processo de aprendizagem, a realização de pequenas pausas pode melhorar significativamente a retenção e a assimilação do conteúdo, sendo uma prática recomendada por especialistas.
- b) A prática incessante de atividades cognitivas, ao contrário do que se pode pensar, pode levar à fadiga mental e como consequência, prejudicar a capacidade de concentração e de memorização, o que afeta diretamente o desempenho acadêmico.
- c) Embora muitos acreditem que a repetição contínua seja o melhor método de aprendizagem, especialistas afirmam que, pequenas pausas, ao longo do estudo, podem ser mais eficazes na consolidação do conhecimento.
- d) Estudos na área de neurociência sugerem que o cérebro, ao ser submetido a práticas incessantes sem interrupções adequadas, pode experimentar uma sobrecarga cognitiva que eventualmente, leva ao esgotamento mental e à diminuição da eficiência na aprendizagem.
- e) O estudo indica que a inserção de pausas estratégicas durante as atividades de estudo, além de permitir uma recuperação mental necessária, também pode potencializar, os efeitos das técnicas de memorização e facilitar a retenção a longo prazo.

13. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta:

- a) Houveram muitos incidentes durante a reunião, o que atrasou o término.
- b) Grande parte do grupo chegaram atrasados ao evento.
- c) Não deve haver dúvidas sobre a importância do projeto.
- d) Vão fazer cinco anos que iniciamos esse projeto.
- e) As questões que surgiu foram respondidas prontamente.

14. Devem ser características da redação oficial exceto:

- a) A imprecisão
- b) A objetividade
- c) A impessoalidade
- d) A coesão e coerência
- e) O uso da norma padrão da língua portuguesa

15. Assinale a alternativa correta em relação ao padrão ofício, conforme estabelecido pelo Manual de Redação da Presidência da República:

- a) No padrão ofício, o uso do vocativo "Senhor(a)" seguido do cargo do destinatário é opcional, podendo ser substituído pelo nome completo do destinatário, quando necessário.
- b) O fecho adequado para um ofício dirigido a uma autoridade superior hierarquicamente é "Atenciosamente", para manter a formalidade e a cortesia no encerramento da comunicação.
- c) O campo "Assunto" deve ser evitado no padrão ofício, pois o conteúdo do documento deve ser suficientemente claro para dispensar tal identificação.
- d) No padrão ofício, a data deve ser posicionada à direita do documento, e sua grafia deve seguir o formato: "Cidade, dia de mês de ano" (ex.: Brasília, 10 de agosto de 2024).
- e) A identificação do signatário, no padrão ofício, deve incluir apenas o nome e o cargo, sem necessidade de assinatura.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

16. Uma proposição logicamente equivalente à afirmação “Se Maurício é arquiteto, então Raíssa é médica e Amanda é antropóloga” é apresentada na alternativa:

- a) Raíssa não é médica, Amanda não é antropóloga e Maurício não é arquiteto.
- b) Amanda é antropóloga, Maurício é arquiteto e Raíssa é médica.
- c) Se Maurício não é arquiteto, então Raíssa não é médica e Amanda não é antropóloga.
- d) Se Raíssa é médica e Amanda é antropóloga, então Maurício é arquiteto.
- e) Se Raíssa não é médica ou Amanda não é antropóloga, então Maurício não é arquiteto.

17. Considere que a sequência numérica infinita a seguir apresenta uma lei de formação:

80, 100, 104, 52, 116, 28, 122, 16, ...

Seguindo a lógica de formação dessa sequência, a soma do nono e do décimo termo da sequência dada é:

- a) 125
- b) 128
- c) 135
- d) 142
- e) 148

18. Guilherme, Pedro, Leandro, Tiago e Diego trabalham no TRT CE, ocupando cada um deles um dos cargos entre técnico, analista, telefonista, juiz e oficial de justiça, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Guilherme, Pedro e o oficial de justiça saem juntos três vezes por semana;
- Nos intervalos, o analista conversa com Tiago;

- Guilherme, Pedro e Leandro se divertem com o juiz na hora do almoço;
- É comum o telefonista pegar carona com o Pedro, ou com o Leandro, ou com o Diego, mas nunca com o analista.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Leandro é o oficial de justiça.
- b) Pedro é o analista.
- c) Guilherme é o técnico.
- d) Tiago é o juiz.
- e) Diego é o telefonista.

19. Três advogados trabalhistas receberam um total de R\$ 92.000,00 em honorários. Os advogados repartiram o total de honorários em partes inversamente proporcionais ao número de erros cometidos no processo. Um advogado recebeu R\$ 36.000,00 e outro R\$ 24.000,00. Se o advogado que cometeu 12 erros foi o que mais cometeu erros, o total de erros que os três advogados cometeram no processo em questão é

- a) 21
- b) 23
- c) 25
- d) 27
- e) 29

20. Um vendedor de pamonhas deu um desconto de 20% sobre o preço de venda do seu produto e, ainda assim, conseguiu um lucro de 20% sobre o custo de produção. Caso o desconto não fosse dado, o lucro do vendedor sobre o custo de produção seria de:

- a) 45%
- b) 50%
- c) 55%
- d) 60%
- e) 65%

21. Na padaria de Eduardo, 30% dos clientes que compram a prazo deixam de pagar pelas suas compras. Considerando esse dado, é correto afirmar que, dentre três clientes que compram a prazo escolhidos aleatoriamente, a probabilidade de todos pagarem pelas suas compras é:

- a) 13,4%
- b) 18,1%
- c) 27,0%
- d) 34,3%
- e) 38,2%

LEI Nº 8.112/1990 E LGPD

Herbert Almeida

22. A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, prevê que, caso determinado servidor federal retire documentos da repartição sem a devida anuência da autoridade competente,

- a) estará praticando mera irregularidade, passível de aplicação da penalidade de suspensão por escrito.
- b) a conclusão do procedimento disciplinar deverá ser necessariamente pela demissão do servidor.
- c) a aplicação da penalidade independe da abertura de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, devido à menor gravidade da conduta.
- d) deverá ser suspenso de suas funções pelo prazo de 45 dias, podendo sofrer a penalidade no âmbito da sindicância.
- e) caso seja reincidente, poderá sofrer penalidade de suspensão pelo prazo máximo de 90 dias.

23. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular. Sobre o consentimento, é correto afirmar que

- a) mesmo que os dados tenham sido tornados públicos pelo particular, é exigido o seu consentimento para a divulgação.
- b) a eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- c) o consentimento deve sempre ser fornecido por escrito.
- d) o consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado.
- e) é proibido o tratamento de dados pessoais sensíveis sem fornecimento de consentimento do titular.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

24. De acordo com o Regimento Interno, para efeitos legais e regimentais, a antiguidade dos Desembargadores, Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos será determinada por critérios específicos. Analise as seguintes afirmações sobre esses critérios:

- I. Para os Desembargadores do Trabalho e Juízes Titulares de Vara, a antiguidade é determinada primeiramente pela data da posse, seguida pela maior idade.
- II. Para os Juízes Substitutos, a antiguidade é determinada pela data da posse, seguida pela maior idade, e, em caso de empate, pela classificação no concurso.
- III. A data da posse é o critério mais importante tanto para Desembargadores quanto para Juízes Titulares de Vara e Juízes Substitutos.
- IV. A maior idade é um critério considerado tanto para Desembargadores quanto para Juízes Titulares de Vara e Juízes Substitutos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

25. Com base no Art. 8º sobre as vedações aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, analise as seguintes afirmações:

- I. É proibido ao servidor utilizar-se do cargo ou função para obter favorecimento para si ou para outros.
- II. Um servidor não pode deliberadamente prejudicar a reputação de outros servidores ou de cidadãos.
- III. O uso de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa é permitido desde que seja justificado por questões burocráticas.
- IV. Os servidores devem evitar que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses pessoais interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados ou com outros servidores.
- V. Sugerir, solicitar, intermediar ou receber ajuda financeira ou vantagem de qualquer natureza, para si ou terceiros, com vistas a cumprir sua missão ou influenciar outro servidor é proibido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I, III e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I, II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

26. Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, alterada pela Resolução nº 550/2024, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano de Logística Sustentável (PLS) é instituído por ato do Presidente do órgão Conselho Nacional de Justiça e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão.
- b) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é elaborado e publicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com informações recebidas via PLS-Jud do CNJ.
- c) Os resultados alcançados pelo órgão do Poder Judiciário, referentes aos indicadores constantes do Anexo devem ser inseridos no PLS-Jud até o dia 28 do mês subsequente ao mês-base para os dados mensais.
- d) Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2030 (Agenda 2030 – ONU), a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento, mas é necessário que o órgão do Poder Judiciário proceda com o levantamento das emissões de GEE previamente ao desenvolvimento do plano.
- e) É obrigatório que os órgãos do Poder Judiciário cadastrem as boas práticas que resultaram em impacto positivo quanto aos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

27. Com base no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH., julgue os itens a seguir assinalando a alternativa correta.

- a) Resta estabelecida como competência exclusiva do governo dos Países-Membros, assegurar o reconhecimento e a observância universal e efetiva dos direitos e liberdades assegurados por seus dispositivos.
- b) A DUDH afirma que toda pessoa tem direito à nacionalidade, porém, reserva a cada Estado o direito de, arbitrariamente, privar alguém de sua nacionalidade.
- c) No que tange ao direito à educação, tem-se que o ensino elementar fundamental deverá ser gratuito.
- d) Em situações excepcionais, como quando da previsão pela legislação interna de cada Estado-membro da ONU, poderá haver detenção arbitrária.
- e) A depender da regulamentação promovidas pelos Estados, toda pessoa será reconhecida como pessoa perante a lei.

28. Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica"., pode-se afirmar que:

- a) Aquele que for condenado à morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, quando seu processo padecer de arbitrariedades.
- b) Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de sessenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.
- c) Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estabelecer moradia, se não tiver direito à outra.
- d) Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado.
- e) Pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas por meios de difusão e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, como bem lhe aprouver.

29. Sobre as dimensões de direitos humanos, aquela que previu a afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à saúde e à educação, foi chamada de _____ dimensão e foi marcada pelo lema da _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas.

- a) primeira – liberdade
- b) terceira – liberdade
- c) quinta - solidariedade
- d) primeira – igualdade
- e) segunda – igualdade

30. Os Direitos Humanos referem a um conjunto mínimo de direitos a ser assegurado a toda pessoa humana. Sobre tais direitos é incorreto afirmar que são

- a) direitos inalienáveis
- b) normas jus cogens
- c) universais
- d) perecíveis pelo decurso do tempo
- e) relativos

31. Junto ao Ordenamento de Estado Americano está prevista a pena de trabalhos forçados a ser aplicada conjuntamente à pena privativa de liberdade. João das Neves foi condenado a tal cumprimento. Nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

- a) João das Neves não pode ser submetido a trabalhos forçados que violem sua dignidade e nem sua capacidade física e intelectual, como trabalhos forçados que componha obrigação cívica normal.
- b) que a pena de trabalhos forçados restou abolida a partir do Pacto de San José da Costa Rica, de modo que o recluso tem direito à impetração de um *habeas corpus*.
- c) que João siga as ordens das autoridades responsáveis pela execução de sua pena, que poderão impor, dentre outros, o cumprimento de trabalhos forçados em tempo de perigo ou calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade.
- d) que João atente para quais trabalhos lhe estejam sendo impostos, lembrando-o de que trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença não compõe trabalhos forçados.
- e) João das Neves poderá desempenhar trabalhos forçados quando for convocado para o serviço militar, hipótese em que não haverá nenhuma ilegalidade

32. Com base no texto do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos, julgue os itens a seguir.

- I. O presente Pacto prevê expressamente que todos os povos têm direito à autodeterminação.
- II. Tal como prevê a DUDH, o PIDCP também afirma que ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente.
- III. o PIDCP prescreve que ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) apenas a I
- b) apenas a II
- c) apenas a III
- d) nenhuma das assertivas
- e) todas as assertivas

33. Nos termos do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, sobre o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, nos termos do art. 7º, tem-se que o mesmo

- a) garante que a remuneração seja condizente ao mérito, podendo variar quando condizente à atividades de mesma natureza
- b) promove salário equitativo, de modo que as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens
- c) regula condições de trabalho seguras, ainda que nem sempre consiga cumprir com mínimas condições de higiene do local
- d) traz igual oportunidades para todos de serem promovidos, podendo ser avaliada a aparência do empregado
- e) limita o descanso, o lazer, prevê limitação razoável das horas de trabalho, mas é omissa quanto ao direito às férias periódicas remuneradas

34. De acordo com a Convenção sobre a Eliminação de Toda Forma de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979 – os Estados-parte adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, assinale a alternativa que não corresponde a um dos dispositivos expressos pela Convenção.

- a) Direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano
- b) Direito de escolher livremente profissão e emprego
- c) Direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço
- d) Direito à seguridade social e a férias pagas
- e) Direito ao emprego ainda que em estado gravídico, situação em que será facultado ao empregador conceder licença maternidade ou justificar sua demissão

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

35. Atualmente temos várias plataformas oferecendo funções completas de scheduling (agendamento). Uma das mais usadas é a ferramenta oferecida pela Google. Das letras abaixo, marque aquela que NÃO apresenta uma funcionalidade executada pela Agenda do Google:

- a) Adicionar notificações a eventos
- b) Criar eventos com múltiplos participantes
- c) Criar páginas compartilháveis em que as pessoas podem agendar horários com você.
- d) Realizar upload de arquivos na nuvem.
- e) Exibe datas comemorativas e feriados nacionais marcados.

36. Analise as afirmativas abaixo sobre o Google Drive e marque a correta:

- a) Possibilita a criação de documentos e planilhas e o compartilhamento dos arquivos na nuvem.
- b) Permite o compartilhamento de arquivos com usuários que não tenham uma conta no Google.
- c) Depois que um arquivo é inserido no drive as suas condições de compartilhamento não podem mais ser alteradas
- d) Todos os arquivos são inseridos sempre em uma pasta única para facilitar o gerenciamento da plataforma.
- e) Excelente ferramenta para realizar downloads de filmes e séries.

37. O usuário deseja desativar a reprodução automática no Windows, pois soube que esse recurso é ativado por padrão e que essa situação pode causar uma vulnerabilidade para o Sistema. Para isso deve acessar o menu:

- a) Dispositivos
- b) Aplicativos e Recursos.
- c) Cortana
- d) Área de Trabalho.
- e) Barra de Tarefas

38. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + SHIFT + L
- d) CTRL + P
- e) SHIFT + L

39. No Google Chrome para ativar o modo de navegação anônimo devemos usar que combinação de teclas:

- a) CTRL + A
- b) CTRL + SHIFT + N.
- c) Shift + N.
- d) CTRL + F
- e) Alt + T.

40. O ataque que é colocado na rede, ou na máquina do usuário, pelo atacante para facilitar o seu retorno sem que seja detectado é o:

- a) Snifer
 - b) Worm
 - c) Vírus
 - d) Ransomware.
 - e) Backdoor.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

41. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

42. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e

na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.

- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

43. De acordo com as normas sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Justiça tem sede na capital federal, mas não tem jurisdição, porque é órgão meramente administrativo destinado a promover o controle interno do Poder Judiciário.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão máximo do Poder Judiciário e tem por função precípua a guarda da Constituição Federal.
- c) o Tribunal de Contas da União é órgão do Poder judiciário que faz controle de legalidade e não de jurisdição.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, com sede na capital federal, compõe-se de quinze membros, sendo todos nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) A vitaliciedade assegura ao magistrado que a perda do cargo não poderá ocorrer por mera decisão administrativa, mas apenas por sentença judicial transitada em julgado. No primeiro grau, a vitaliciedade é adquirida após a posse no cargo.

44. O artigo art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. É possível classificar este dispositivo como:

- a) Norma de eficácia plena, sendo autoaplicável e não restringível, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.
- b) Norma de eficácia contida, estando apta a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que pode ser restringida por parte do poder público.
- c) Norma de eficácia contida, sendo autoaplicável e não restringível, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.
- d) Norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação futura para produzir todos os seus efeitos.
- e) Norma de eficácia limitada, estando apta a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que pode ser restringida por parte do poder público.

45. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.

c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.

d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.

e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

46. As Comissões Parlamentares de Inquérito se destinam a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País.

Com base em seu conhecimento sobre CPI, analise os seguintes itens e então assinale a alternativa que contenha os itens incorretos.

- I- É dispensada a proporcionalidade partidária.
- II- Reflete o direito da minoria.
- III- A quebra de sigilo bancário poderá ser determinada pela CPI.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III.
- e) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

47. Assinale a alternativa que menciona corretamente hipótese de licitação dispensável da Lei 14.133/2021:

- a) contratação em que houver transferência de tecnologia de qualquer produto para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção regional do SUS.
- b) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- c) contratação de associação de pessoas com deficiência, de comprovada idoneidade e finalidade lucrativa, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência ou readaptados da Previdência Social.
- d) contratação de entidades públicas para a implementação de cisternas, a fim de beneficiar as famílias urbanas de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.
- e) contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação de baixo custo à população em situação de vulnerabilidade e risco social, exceto a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida.

48. No que concerne ao mérito dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O mérito administrativo representa um verdadeiro poder conferido ao administrador público, a partir do qual pode decidir sobre a oportunidade e a conveniência da prática de ato administrativo vinculado.
- b) Tratando-se de ato discricionário, o gestor público terá liberdade para valorar a causa e o conteúdo do ato administrativo, permitindo-se que que sejam extrapolados os limites legais.
- c) Atos discricionários são infensos ao controle judicial.
- d) O juízo de mérito, quando existente, recairá sobre os elementos motivo e finalidade do ato administrativo.
- e) Nos atos regrados, também chamado de vinculados, a lei define de maneira exaustiva a conduta do gestor, de sorte que não há espaço para qualquer juízo de mérito por parte do administrador público.

49. Assinale, de acordo com a Lei 14.133/2021, a alternativa que menciona corretamente característica do pregão:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços de engenharia comuns.
- d) impossibilidade de adoção para aquisição de bens especiais.
- e) facultatividade em sua adoção para contratação de objetos comuns.

50. Em relação às disposições constantes da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) frustrar a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
- b) facilitar para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- c) realizar operação financeira sem observância das normas legais.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública.
- e) praticar ato de publicidade de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

51. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em 5 anos a pretensão de punição por atos de improbidade administrativa.
- b) A apresentação de cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza do agente público somente será necessária uma vez durante sua vida funcional, para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa, por apresentar condutas referentes a agentes públicos, pode somente ser aplicada a quem exerça tal condição.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle interno não impede a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) A Lei 8.429/1992 tem por objetivo aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos de desonestidade em desfavor da Administração Pública, sejam dolosos ou culposos.

52. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade objetiva não alcança toda empresa pública ou sociedades de economia mista.
- b) A responsabilidade objetiva requer, como pressuposto, demonstração da existência de vínculo específico entre o poder público e a vítima.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente relativamente a não-usuários do serviço.
- d) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- e) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

53. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional, segundo o grau da insalubridade. Considerando o que prevê a CLT e a jurisprudência do TST, será devido o adicional de insalubridade:

- a) ao trabalhador em atividade a céu aberto por sujeição à radiação solar, ainda que ausente previsão legal.
- b) ao trabalhador que se encontrar exposto a substância insalubre, mesmo após sua reclassificação por ato da autoridade competente.
- c) quando se estiver diante da exposição a agente biológico acima do patamar fixado pelo Ministério do Trabalho, sendo que o fornecimento do equipamento de proteção pelo empregador não irá afastar automaticamente seu pagamento.
- d) quando o trabalhador estiver exposto a agentes insalubres e também perigosos, optando pelo recebimento do adicional de periculosidade.
- e) ao trabalhador que realiza a limpeza de banheiros em residências, em grau máximo.

54. Segundo dispõe expressamente a CLT, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) tem prevalência sobre a lei quando, entre outros temas, dispuser sobre:

- a) pactuação da jornada de trabalho, observados os limites constitucionais, e salário-mínimo.
- b) teletrabalho e normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) participação nos lucros ou resultados da empresa, adicional noturno e repouso semanal remunerado.
- d) modalidade do registro da jornada de trabalho e valor nominal do décimo terceiro salário.
- e) regulamento empresarial, participação nos lucros ou resultados da empresa e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.

55. No que se refere às regras legais sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- c) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- d) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, com adicional de 50% sobre o valor da remuneração devida à época da prestação dos serviços.

e) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

56. Stéfani, empregada celetista da empresa Aprovação Ltda., labora como agente de trânsito exposta a risco acentuado. Seu salário é composto por uma importância fixa de R\$ 2.000,00, gratificações no valor de R\$ 400,00 e prêmios dados em espécie no valor de R\$ 250,00. O salário-mínimo atualmente vigente é de R\$ 1.412,00.

É correto afirmar que o valor de seu adicional de periculosidade é de:

- a) 396,00.
- b) 600,00.
- c) 795,00.
- d) 800,00.
- e) 950,00.

57. Hipócrates, ao discutir com Sócrates a respeito das regras contratuais previstas na CLT, afirmou corretamente que um empregado poderá ter o contrato de trabalho interrompido por:

- a) até sete dias consecutivos, em virtude de casamento do empregado professor.
- b) até onze dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge do empregado professor.
- c) até dois dias, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até sete consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.
- e) durante o tempo que se fizer necessário, em que tiver que comparecer a juízo.

58. Considerando as regras celetistas em relação à concessão de férias, analise os itens abaixo:

- I. O prazo para pagamento das férias é de no máximo dois dias antes do início do respectivo período, embora o descumprimento de tal prazo não tenha o condão de ensejar a dobra da remuneração de férias.
- II. A fluência de benefícios de auxílio-doença pelo INSS não prejudica o direito a férias, qualquer que seja o prazo de recebimento.
- III. Considera-se falta justificada a ausência a que a empresa não tiver determinado o desconto do correspondente salário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) I e II.

59. No tocante à gratificação natalina, considerando o disposto nas Leis 4.749/65 e Lei 4.090/62, bem como a jurisprudência sumulada do TST, julgue os itens a seguir:

- I. O empregador não é obrigado a pagar o adiantamento da gratificação natalina no mesmo mês a todos os empregados.
- II. A gratificação corresponderá a 1/11 avos da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.
- III. O valor nominal da gratificação natalina não pode ser reduzido por meio de negociação coletiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) I e II.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

60. Quanto aos honorários advocatícios no processo do trabalho, é correto afirmar:

- a) São requisitos para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: estar a parte assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo e comprovar não encontrar-se em situação econômica que lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- b) É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.
- c) São devidos honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego.
- d) São devidos honorários advocatícios sempre que a parte estiver assistida por sindicato da categoria profissional, exceto nas causas em que o sindicato atue como substituto processual.
- e) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

61. Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.
- d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.

- e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.
- 62.** Quanto à forma de reclamação e a notificação no dissídio individual trabalhista pelo rito ordinário, conforme previsões contidas na CLT e em súmulas da jurisprudência uniformizada do TST é correto afirmar:
- a) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 5 dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
- b) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações, ainda que se trate de empregados da mesma empresa, sem a participação da entidade sindical.
- c) Diante da complexidade das matérias que podem ser discutidas no processo trabalhista, com o advento das novas competências, como por exemplo, as indenizações por danos morais e por acidente do trabalho e as responsabilidades relativas à terceirização de mão de obra, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.
- d) Ao receber a petição inicial, a Secretaria da Vara, conforme expressa previsão legal, deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- 63.** Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,
- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.
- 64.** Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,
- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.

e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

65. O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes tem o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

a) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.

b) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.

c) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

d) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.

e) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

66. A sentença é um dos atos processuais praticados pelo juiz, por meio do qual entrega às partes a tutela jurisdicional. Uma vez não sujeita a recurso, opera-se a denominada coisa julgada. Com relação à sentença e à coisa julgada, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

a) As decisões cognitivas ou homologatórias não precisam indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo

homologado, nem mesmo o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

b) Existindo na decisão evidentes erros ou equívocos de escrita, de datilografia ou de cálculo, não poderão os mesmos, em nenhuma hipótese, ser corrigidos.

c) No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

d) O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a execução da mesma prejudicará os créditos da União.

e) Na decisão não será necessário mencionar as custas que devam ser pagas pela parte vencida, uma vez que se tratam de taxas automaticamente impostas pelo Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

67. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

a) Partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

b) Não pode o poder público negar o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento das organizações religiosas.

c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos do total de administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

d) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

e) Operado o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica, promover-se-á sua liquidação.

68. Com relação à fraude contra credores, assinale a alternativa correta.

- a) Só os credores que já o eram ao tempo dos atos fraudulentos podem pleitear a anulação deles.
- b) A ação pauliana poderá ser intentada contra o devedor insolvente, mas não contra a pessoa que com ele celebrou a estipulação fraudulenta.
- c) Presumem-se fraudulentários os negócios indispensáveis à manutenção do estabelecimento mercantil, rural ou industrial do devedor, salvo prova em contrário.
- d) Anulados os negócios fraudulentos, a vantagem resultante reverterá em proveito exclusivo do autor da ação pauliana.
- e) Prescreve em 4 anos a pretensão de anular o negócio jurídico praticado em fraude contra credores.

69. Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado, ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação da taxa SELIC.
- b) Nas obrigações negativas o devedor é havido em mora desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.
- c) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.
- d) A taxa legal de juros de mora corresponderá à taxa referencial do IPCA.
- e) Caso a taxa legal de juros apresente resultado negativo, este será computado negativamente para efeito do cálculo do período de juros em referência.

70. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, exigida a comprovação da culpa, quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco a direitos de outrem.
- b) São responsáveis pela reparação civil os que, gratuita ou onerosamente, houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- c) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho menor pode reaver o que houver pago, a partir de quando o filho causador do dano alcançar a maioridade civil.
- d) Se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão, em partes iguais, pelo valor da reparação.
- e) Independe da comprovação de prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

71. Com relação à superfície, assinale a alternativa correta.

- a) A superfície pode ser concedida por prazo determinado ou indeterminado.
- b) A superfície se constitui mediante instrumento público ou particular registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- c) O direito de superfície autoriza a livre construção de obras no solo, no espaço e no subsolo do terreno concedido.
- d) O direito de superfície transmite-se aos herdeiros do superficiário.
- e) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe apenas ao proprietário.

72. Com relação à invalidade do casamento, nos exatos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A decretação de nulidade do casamento por motivo de infringência de impedimentos pode ser efetuada de ofício pelo juiz.
- b) É nulo o casamento dos menores de 16 anos.
- c) Considera-se inexistente o casamento se a autoridade celebrante for incompetente.
- d) Não se anulará, por motivo de idade, o casamento de que resultou gravidez.
- e) O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, em caso de erro essencial sobre a pessoa do cônjuge, é de 4 anos, a contar da celebração.

73. Com relação à sucessão legítima, assinale a alternativa correta.

- a) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 2 anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- b) Ao cônjuge sobrevivente, exceto no regime da separação obrigatória de bens, será assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.
- c) Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, salvo o direito de representação.
- d) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, todos herdarão em partes iguais.
- e) Aberta a sucessão colateral, na falta de irmãos, concorrerão à herança os tios e sobrinhos do falecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

74. João e Márcia são beneficiados de um mesmo título executivo. Visando obter a valor patrimonial, adentram o judiciário para promover a execução. As ações são distribuídas para varas diferentes. Nessa situação, é certo afirmar que:

- a) É hipótese de continência, caso de extinção de uma das demandas sem resolução de mérito.
- b) É hipótese de continência, caso em que as ações são reunidas para decisão conjunta.
- c) É hipótese de conexão, no qual os processos serão reunidos, sendo competente qualquer um dos juízes.
- d) É hipótese de conexão, no qual os processos serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já tiver sido sentenciado.
- e) É hipótese de litispendência, devendo um dos processos ser extinto sem resolução de mérito.

75. Carlos e José celebraram um contrato de compra e venda na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, onde Carlos possui domicílio. Entretanto, no corpo do contrato, houve a cláusula de eleição de foro para eventuais litígios em Florianópolis, cidade natal de José. Após algum tempo, José adentrou com uma demanda perante o juízo de Florianópolis tendo por objeto o contrato. Nessa situação, é possível afirmar que:

- a) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- b) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- c) Incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro até a fase de saneamento.
- d) A eleição de foro não precisa guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, prestigiando a autonomia da vontade.
- e) As partes podem modificar a competência apenas em razão do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

76. Cléber foi citado acerca de um processo que demanda uma obrigação de fazer coisa certa. Após constituir defesa, é certo que Cleber poderá alegar como preliminar de contestação todas as matérias a seguir, exceto:

- a) incompetência absoluta e relativa
- b) incorreção do valor da causa
- c) nulidade de intimação
- d) nulidade da citação
- e) falta de caução

77. Na audiência de instrução e julgamento, após a oitiva de uma testemunha, o juiz tomou conhecimento de um fato constitutivo novo que influi no julgamento do mérito da questão. Diante desse cenário:

- a) Caso a parte não requeira expressamente, o juiz não poderá levar em consideração o fato no momento de proferir a decisão, prevalecendo o princípio da inércia.
- b) Ainda que a parte requeira que o fato seja levado em consideração, o juiz não poderá acatá-lo, visto que o fato deveria constar na petição inicial, oferecendo oportunidade de defesa ao réu na contestação.
- c) O juiz de ofício ou a requerimento da parte, poderá levar em consideração o fato no momento de proferir a decisão, ainda que não dê oportunidade das partes se manifestarem.
- d) O juiz de ofício ou a requerimento da parte, poderá levar em consideração o fato no momento de proferir a decisão, desde que ouça as partes antes de decidir.
- e) O juiz poderá de ofício levar em consideração o fato no momento de proferir a decisão. Não poderá, entretanto, corrigir a sentença de ofício em casos de inexistências materiais.

78. Sobre os efeitos e consequências da coisa julgada do processo civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta de acordo com o CPC:

- a) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Entretanto, tal regra não se aplica para o julgamento da questão prejudicial incidente ao processo, ainda que o juízo tenha competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.
- b) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- c) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- d) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- e) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

79. Luíza é recém-formada em direito e consta como advogada da parte autora. No decorrer do procedimento processual, Luíza deparou-se com uma situação na qual não soube identificar se era caso de embargos de declaração. Ao perguntar ao seu professor de direito processual civil sobre o tema, lhe foi informado corretamente que:

- a) Os embargos de declaração são cabíveis tão somente no caso de decisões interlocutórias.
- b) Não cabem embargos de declaração para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia se pronunciar por requerimento. O embargo é cabível, entretanto, nos casos em que o pronunciamento do juiz devia ser de ofício.
- c) O embargo de declaração não é o meio adequado para requerer a correção de erro material, podendo ser manejado apenas quando a decisão for obscura, contraditória ou omissa.

d) A mera interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria em prol dos requisitos dos recursos Extraordinários e Especiais, desde que sejam acolhidos os embargos pelo tribunal de segundo grau.

e) Os embargos serão opostos, no prazo de 5 dias, em petição dirigida ao juiz e não se sujeitam a preparo.

80. Quanto aos procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido, sendo extinto o processo sem resolução de mérito.
- b) Na ação monitória, havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.
- c) Na ação de consignação em pagamento, alegada a insuficiência do depósito pelo réu, este poderá levantar, desde logo, a quantia ou a coisa depositada, devendo ser iniciado um novo processo quanto à parcela controvertida.
- d) Cabe apelação contra a sentença que acolhe os embargos à ação monitória, sendo irrecurável a decisão que rejeita os embargos.
- e) É considerada parte legítima para opor embargos de terceiros o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação, ainda quando a situação decorrer da expropriação de bens indivisíveis do casal.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
